



Sarney, que hoje se reúne com Ulysses Guimarães, manteve contatos com o senador Pedro Simon, da oposição gaúcha

Sarney: Documento confirma intenção de continuidade

"As diretrizes do Governo são um compromisso de que haverá continuidade no sentido do aprimoramento democrático", disse ontem o presidente nacional da Arena, senador José Sarney, explicando que "isso será concretizado diante da disposição do Governo em apresentar projetos de lei complementando os dispositivos da emenda constitucional que promoveu a reforma política, além de outras modificações que contribuirão para a melhoria do regime democrático".

Ressaltou que no plano político, a meta do general Figueiredo é ampliar a democratização e a participação de correntes da opinião pública do País, buscando, desta forma, fortalecer cada vez mais as nossas instituições. Em termos econômicos - frisou - as diretrizes do Governo apontam como principal meta o combate à inflação e a ampliação do mercado interno.

LIBERDADES

Destacou o senador José Sarney o fato de que as diretrizes do Governo também indicam que o nosso regime democrático não pode ser apenas caracterizado formalmente como esgotando - se com as liberdades subjetivas, mas nas liberdades constantes do estado social de direito, que Roosevelt definiu como sendo a liberdade de ser contra a fome e contra as doenças, de se ter direito a emprego, entre outras, e que deve figurar numa sociedade pluralista e aberta.

Quanto à sugestão apresentada pelo senador Leite Chaves, segundo a qual o País estaria reconciliado através de uma Constituinte, o presidente nacional da Arena assinalou que "o nosso partido recebe com a maior boa vontade todas as manifestações de entendimento e conciliação, embora reconheça que não há necessidade de uma nova Constituição através de uma Assembleia Nacional Constituinte, posto que as melhorias de nosso procedimento democrático independem da convocação específica de Constituinte, já que o atual Congresso dispõe de poderes para efetivar as modificações constitucionais que se fizeram necessárias".

No entanto, o senador arenista comentou que acha que "o espírito da proposta do senador Leite Chaves é o da conciliação e, por isso mesmo, é por mim recebido com o maior respeito".

OPOSIÇÃO

"Enquanto o presidente nacional da Arena, senador José Sarney, destacava, das Diretrizes Gerais de Governo a reafirmação do futuro presidente da República, general Figueiredo, em dar continuidade ao programa de distensão gradual do seu sucessor, as principais lideranças oposicionistas ressaltavam também este aspecto, estranhando que "o Governo promovesse essa continuidade através da elaboração e apresentação dos projetos de lei decorrentes das reformas políticas expressas na Emenda nº 11".

Para a Oposição, principalmente no Senado, isto representa "a manutenção do pacote de abril", dos senadores indiretos, dos governadores indiretos, o que não representa uma verdadeira abertura política". Em sua quase totalidade, os senadores emenda estas chegaram a pedir "a Deus que esta promessa do general Figueiredo, contida em suas "diretrizes", seja uma impropriedade terminológica ou erro da sua assessoria", porque, segundo o gaúcho Pedro Simon, "se representar um propósito, o juramento dele (Figueiredo) de fazer deste país uma democracia não poderá ser cumprido".

SEGURANÇA

O líder do Governo no Sena-

do, Jarbas Passarinho, ao tomar conhecimento do documento, através de cópia que lhe foi entregue por um jornalista, assinalou a intenção do futuro governo de promover a segurança dos indivíduos, ao lado da segurança do Estado e das instituições nacionais. Destacou também o aspecto dessa continuidade, dentro do clima das reformas políticas expressas na Emenda Constitucional nº 11.

Passarinho acentuou a disposição do futuro presidente da República em completar essas reformas políticas com as modificações na estrutura econômica e social, necessárias a estimular, de um lado, a liberdade de iniciativa das empresas e indivíduos; e, de outro, a mais justa distribuição entre todos os brasileiros dos frutos do trabalho comum.

Na Câmara, as principais lideranças oposicionistas, ao tomarem conhecimento do documento, observaram "tratar - se mais de uma declaração de intenções do que diretrizes e objetivos de Governo". No campo político, estes líderes reclamaram da falta, "por exemplo, de referências explícitas às eleições diretas e, conseqüentemente, a rotatividade do poder", sem o qual, para eles, "a República se torna hereditária, a Federação um sofisma e a representação um instrumento decorativo".

O primeiro vice-líder do MDB na Câmara, deputado Marcondes Gadelha, disse que o documento é "o mínimo que se pode ponderar, em termos de médio prazo, porque não há referência imediata a anistia e à Assembleia Nacional Constituinte" que, no seu entendimento, "deveriam ser o ponto de partida para uma ordem legítima e uma convivência social harmônica".

Apoiando o pensamento da bancada oposicionista, Gadelha observou que, "embora tenham propósitos generalistas (sem trocadilho), as diretrizes não poderiam cegar aos apelos da Nação por medidas práticas que induzam ou facilitem a participação, como a revogação da Lei Falcão e do pacote de abril".

No tocante à política econômica, Gadelha assinalou ser ela "ambígua e sujeita a um jogo difícil de compatibilização". Insistindo no tema, ele disse que "pretender - se manter taxas elevadas de acumulação, nível de emprego e crescimento de renda per capita e, ao mesmo tempo, acenar - se com substancial redução dos gastos públicos e esforços, não especificados, na área fiscal, monetária, de preço e de rendimentos, provavelmente teremos uma recessão".

Para ele, dar - se prioridade à redução da taxa de inflação e assumir - se uma atitude tímida ante os lucros do sistema financeiro é outra ambigüidade difícil de ser compatibilizada. Mas, a seu ver, o mais grave é anunciar - se que toda a sustentação destes programas depende do equacionamento dos problemas do balanço de pagamentos e da dívida externa, sem fazer qualquer referência à maneira de como conseguir - los.

Gadelha, desconhecendo os comentários dos líderes arenistas, insistiu na abordagem da parte econômica do documento, chamando a atenção para um aspecto que ele classifica de "muito grave".

No que diz respeito à distribuição de renda, alguns fatos novos são introduzidos, alguns de real valor e outros que podem configurar uma faca de dois gumes, como, por exemplo, a adoção de programas especiais referentes à paternalidade responsável.

Em sua opinião, "há de se cuidar que sob essa designação ingênua não venha a se embutir um programa real de controle da natalidade, com vistas à consecução de objetivos geopolíticos, sobre o qual a melhor coisa, que se pode dizer por hora, é que é uma forma de escapismo".